

OS (NÃO) DIZERES SOBRE A LÍNGUA INGLESA E SEU ENSINO EM ESCOLAS REGULARES

Elaine Pereira Daróz

Orientadora: Prof^a Dr^a Silmara Dela Silva

Doutoranda

A língua inglesa e a sociedade tecnológica

Concomitante à profusão dos recursos digitais decorrentes do avanço tecnológico, em especial com o advento da internet, o fenômeno da mundialização¹ (ORLANDI, 2011) foi difundido em meados do século XX, e compreendido como um conjunto de transformações de ordem política/econômica na esfera mundial a partir da criação de pontos em comum no âmbito cultural, social, econômico e político entre os países (CASTELLS, 2003). Como um dos efeitos da mundialização, podemos observar a convergência de informações afinada com a produção industrial e aplicações comerciais, diretamente relacionadas ao espaço geográfico.

Na contemporaneidade, inúmeras são as discursividades em circulação acerca das chamadas novas tecnologias, e inúmeras são as interpelações ao uso dos aparatos digitais, cujos sentidos remetem à instituição de novas formas de pensar, novos comportamentos. Contudo, compreendemos que esse é um efeito ideológico, conferindo ao sujeito uma ilusão de transparência e obviedade desses sentidos.

A partir da tese altusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (1970), compreendemos que a ideologia subjaz a essas diferentes formas de dizer. Responsável por designar, através do hábito e do uso, o que é e o que deve ser, a ideologia fornece ao sujeito, via inconsciente, um efeito de realidade a partir da ilusão tanto da evidência dos

¹ Uma vez filiados à abordagem discursiva de linha pecheutiana, tomamos aqui o termo mundialização, cunhado por Eni Orlandi (2011), uma vez que, a nosso pensar, o termo globalização, naturalizado atualmente, traz em si sentidos inerentes a uma homogeneização de povos e culturas, concepção da qual buscamos certo distanciamento.

sentidos – num imaginário de transparência da linguagem – assim como de origem do dizer.

Segundo Althusser (1970), a ideologia, enquanto representação imaginária da realidade – concebida a partir das imagens, mitos, ideias ou conceitos regularizados na organização social – opera como estrutura, impondo-se à maioria dos homens sem passar pela consciência. Compreendida como o “cimento da sociedade”, a ideologia tem como função ordenar, a partir de regras, os lugares dos sujeitos, suas posições, na formação social.

Vivemos a instituição do sujeito-de-direito – constituído a partir de uma forma-sujeito histórica capitalista (PÊCHEUX, 1975) – imaginariamente livre, determinante do que diz e responsável por suas ações, com seus direitos e deveres atribuídos, mas que é também determinado pela exterioridade (ORLANDI, 2011).

Nesse sentido, segundo Lagazzi (1987), o Estado atua como articulador tanto no nível simbólico – na interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia que o constitui em sua forma-sujeito histórica – quanto no nível político – pelo processo de individuação do sujeito pelo Estado e suas instituições, a partir dos discursos circulantes que, numa relação hierárquica de autoridade, visa assujeitá-lo a esse poder, buscando eliminar as contradições pela instituição do senso comum.

O sujeito-de-direito, inserido no cotidiano das relações sociais orientadas pelo senso comum, é marcado pela passividade e intercambialidade, em oposição ao sujeito que resiste (LAGAZZI, 1987). Os sujeitos e discursos, assim, não estão dissociados de uma concretude histórica, determinada pelas relações de produção/dominação da sociedade capitalista, intrinsecamente ligadas às formações ideológicas vigentes condizentes condições sócio-histórica-ideológicas de produção condizentes com o seu tempo.

Nesse ponto, vale ressaltar o caráter ideológico da mundialização, bem como da profusão dos recursos tecnológicos, visto que não estão dissociados de questões políticas e sociais, e vão ao encontro dos interesses e “demandas” das formações ideológicas vigentes, cujas bases estão firmadas nos princípios capitalistas. Compreendemos que o avanço das tecnologias seja propício para o desenvolvimento e integração das nações, contudo o discurso acerca da exacerbação das tecnologias não só estimula o consumismo exacerbado, lucrativo para o mundo mercadológico, como cria

no sujeito o imaginário da necessidade de acompanhar a evolução dos aparatos digitais com vistas à sua inclusão na sociedade tecnológica.

Tomando como alguns dos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso a concepção althusseriana de interpelação ideológica (ALTHUSSER, 1970), de acordo com Pêcheux (2010, p.161), “os indivíduos são interpelados em sujeitos de seus discursos, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. A ideologia, sempre-lá, se materializa no discurso, incitando o sujeito a significar-se², a subjetivar-se, identificando-se a sentidos inscritos historicamente por meio de processos de interpelação/dissimulação/incorporação. Assim, a ideologia não é abstrata nem tampouco neutra, mas se materializa na linguagem – no registro simbólico, portanto – operando uma reprodução de sentidos pela transmissão de valores, crenças, hábitos que, relativamente estabilizados ao longo dos tempos, constituem os traços característicos de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura.

A partir do efeito de naturalização dos recursos tecnológicos, emerge nos efeitos de sentidos acerca da necessidade de inserirmo-nos numa dita “aldeia global”. Compreendemos que tais sentidos nos remetem ao senso comum de um imaginário de uma sociedade homogênea, uníssona, contribuindo para o apagamento das heterogeneidades constitutivas, tendo em vista à homogeneização do sujeito, bem como da cultura de cada povo, num movimento de sujeição à ideologia dominante pela via da alienação/assujeitamento às convenções culturais, geralmente relacionadas a um ideal de civilização e progresso.

De acordo com Tylor (1920)³, a representação da realidade social pela via do assujeitamento na cultura – vivenciada pelos sujeitos a partir de costumes, padrões, moral, direito – é o que torna possível que a dominação. Dessa forma, uma vez transmitida por uma reprodução de sentidos, a cultura é portadora de ideologias, diretamente relacionada a uma forma-sujeito dominante que, no e pelo discurso, veicula sentidos regularizados, sejam eles valores e crenças acerca de padrões de

² A partir de uma releitura de Saussure, Pêcheux (1990) considera que a significação está diretamente ligada à relação que se estabelece entre trabalho simbólico da língua e a posição que o sujeito ocupa no discurso. Assim, o sentido não é dado *a priori*, inerente a uma palavra ou uma expressão, mas é resultante das relações que se estabelecem no interior de uma formação discursiva, diretamente relacionada a formação ideológica que a determina.

³ Antropólogo da vertente evolucionista, um dos pioneiros da Antropologia enquanto ciência.

comportamento historicamente herdados, geralmente associados à elite de uma sociedade. Tais sentidos ecoam no discurso do sujeito pelo viés da reprodução/reiteração – por meio de pré-construídos – dizeres cristalizados pelas práticas discursivas (COURTINE, 1999) – fazendo circular na memória social, se materializam na prática dos sujeitos em determinada formação social. Nesse ponto, há uma íntima relação entre cultura e ideologia que, via inconsciente, regulariza os sentidos que se apresentam ao sujeito como evidentes.

Para De Nardi (2007), ideologia e cultura são estruturas-funcionamentos semelhantes, compreendidas como lugar de produção/interpretação de sentidos, interpelando os sujeitos discursivos a partir de um efeito de evidência e verdade. Para a autora (DE NARDI, 2007, p. 63) “por esse funcionamento mascaram as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais, fazendo com que alguns sentidos sejam legitimados, e outros sufocados”. Compreendemos que os discursos circulantes concernentes ao imaginário de língua inglesa, frequentemente significados numa perspectiva utilitarista, são regularizados na memória coletiva. Muitas vezes tais sentidos são legitimados pela instituição escolar e ressoam no discurso do aluno interferindo em sua aprendizagem à língua inglesa.

Na contemporaneidade, segundo Payer (2005), a mídia ocupa papel primordial na contemporaneidade, tendo em vista a instauração de demandas concernentes ao mercado neoliberal. Nesse sentido, apresentaremos um gesto de interpretação do discurso midiático sobre a língua inglesa e seu ensino, cujos sentidos são regularizados na formação social e, muitas vezes, legitimados no ambiente escolar.

Entre o discurso midiático e a língua inglesa: o aluno e sua aprendizagem

A partir dos estudos sobre os processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira, Pereira (2008) nos aponta a distinção entre Publicidade, como um conjunto de atividades que visam à divulgação de uma empresa/produto através da propaganda; propaganda, por sua vez, é compreendida pela autora como uma forma paga por cliente-anunciante/patrocinador, com apresentação impessoal, por meio de multimídia, impressos e outros, cuja função é de persuadir (incutir na mente de) um público-alvo imaginário, potencialmente consumidor, uma realidade idealizada. Para

tanto, estratégias de sedução mascaram a categoria de produtos, e, a partir de uma ilusão de transparência da informação sob o efeito de literalidade dos sentidos – como efeito ideológico – universalizam ideias/sentidos a fim de homogeneizá-los.

Para a autora, sob o invólucro de um pragmatismo da combinação binária compra-venda/ mercado-consumidor, o discurso publicitário manifesta um forte apelo a fatores de ordem subjetiva como amizade, segurança, tranquilidade, na medida em que toca a margem imaginária de sentido do público, numa relação de alteridade eu-outro, por meio de processos de identificação⁴ especular pelo reconhecimento narcísico eu-outro, na instituição do simbólico (linguageiro) e do real (não-simbolizado). Segundo Pereira (2008, p.18), “Anunciamos o que pressupomos ser visto pelo outro do lugar que ocupamos como sujeitos, para dizer/mostrar o que é possível no jogo de nossas identificações”, tendo em vista a alteridade constitutiva de todo sujeito, assim como do discurso, e sua relação com a exterioridade.

Numa relação intrínseca entre ideologia e inconsciente, Mariani (2009) nos aponta para uma alteridade do sujeito que, havendo um interior que lhe é peculiar – por ser da ordem do individual/particular – há ainda um exterior que o constitui e o sobredetermina, fazendo com que o sujeito na contemporaneidade seja afetado por um efeito de realidade, fruto da interpelação ideológica que escamoteia seu assujeitamento ao Outro, representado pela égide do poder capitalista na contemporaneidade. Assim, a ideologia opera, via inconsciente, na radicalidade do sujeito, promovendo nele um deslocamento estrutural ao situá-lo no epicentro da esfera do poder econômico que o assujeita, o aliena e o divide (MARIANI, 2009).

Havendo um exterior (outro-interlocutor/interdiscurso) que habita e constitui todo discurso, os sentidos em circulação nas propagandas nos remetem a uma memória do dizer, fazendo ressoar sentidos que, inscritos historicamente, encontram-se relativamente estabilizados/regularizados, ao mesmo tempo em que silenciam sentidos outros.

Na contemporaneidade, os discursos que circulam sobre a língua estrangeira na mídia seja sob forma de linguagem verbal (textos) ou não-verbal (imagens), frequentemente nos remetem ao imaginário de língua como uma ferramenta de

⁴ Processos de identificação compreendidos pelo movimento contínuo e ininterrupto em que se constituem sujeito e sentidos, na e pela linguagem, inerentes às filiações a formações ideológicas em determinadas condições sócio-históricas.

comunicação, visando a completude de um sujeito imaginariamente onipotente, origem e dono do dizer.

De acordo com Payer (2005, p. 16), “o valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de Texto Fundamental de um novo grande Sujeito, o Mercado, agora sua nova forma globalizada”, adquirindo relevância no espaço de circulação e estabilização de sentidos na atualidade. Na consideração do sujeito como “representação imaginária” (PÊCHEUX, 1969), compreendemos que o discurso publicitário não coloca em circulação apenas textos/mensagens, mas, sobretudo sentidos que, concernentes às formações ideológicas vigentes, circulam na sociedade, mobilizando mecanismos de antecipação e formações imaginárias sob o efeito ideológico da evidência de sentido.

A língua inglesa, naturalizada na sociedade tecnológica, em especial pelo fenômeno da mundialização, se marca no cotidiano dos jovens sob a ilusão de uma língua acessível como um todo, e ilusoriamente acessível a um clique do computador por meio de cursos de idiomas *online* e *offline* dispostos na rede, tradutores; frequentemente significado nas mídias como passaporte para o sucesso. Compreendemos os efeitos de sentidos veiculados e naturalizados pelo discurso da mídia, direcionam o sujeito aprendiz a um imaginário de língua totalmente transparente a serviço do sujeito para que se comunicar.

No entanto, de acordo com Melman (1992), a experiência do sujeito com a língua é inaugural e definitiva, enquanto a língua materna teceu nosso inconsciente, na medida em que somos falados por ela desde o nascimento, ou até mesmo anteriormente a ele, a língua estrangeira aparece como resultado de estudos e, por isso, exige esforço e flexibilidade dos aprendizes. Nesse sentido, compreendemos que, ao se depararem com as dificuldades inerentes à interpelação/identificação do sujeito à língua em aprendizagem, o sujeito-aprendiz se sente à deriva dos sentidos resultantes das condições de sócio-histórico-ideológicas da formação do idioma, significando muitas vezes um “fracasso” na sua aprendizagem.

Segundo Mariani (1996), é nas práticas sociais de fixação da memória em que se encontram entrelaçados, via reprodução/naturalização dos sentidos, aquilo que deve ser lembrado ou, doutra sorte, o que deve cair no esquecimento, de acordo com interesses inerentes às formações ideológicas vigentes.

Segundo Althusser (1970), dentre os aparelhos ideológicos do Estado, a escola é o que assumiu posição dominante, encarregando-se da criança desde a tenra idade, de todas as classes sociais, legitimando e reproduzindo saberes contidos na ideologia dominante. A escola, tendo como uma de suas principais atribuições transmitir os saberes pré-determinados a partir de condições de produção específicas, é (re)produtora de sentidos por ela legitimados e regularizados na formação social, ocupando papel fundamental na relação entre sujeito e sentido.

Na sociedade tecnológica, como portadora das formações ideológicas vigentes (ALTHUSSER, 1970), a escola não ficou alheia à interpelação do uso das tecnologias. A instituição de laboratórios de informática, assim como distribuição de *tablets* aos professores, e notebooks aos alunos são marcas dessa discursividade sobre as tecnologias no ambiente escolar, ressignificando os processos ensino-aprendizagem, com implicações diretas nas posições do aluno e professor, bem como a forma de lidar com o ensino das diferentes habilidades.

O aluno chega à sala de aula com um currículo pré-estabelecido a cumprir, um conjunto de coisas-a-saber, sob forma de disciplinas, pré-determinadas histórica e ideologicamente, as quais seu “sucesso”, compreendido muitas vezes pela aprovação, é condição natural para prosseguir em sua vida profissional.

A língua inglesa não foge à regra, tornando-se a única possibilidade de aprendizagem de uma língua estrangeira moderna em muitos estabelecimentos de ensino regular. No entanto, qual o imaginário de língua inglesa no ambiente escolar? Quais os efeitos desses sentidos regularizados sobre a língua inglesa e seu ensino à aprendizagem do aluno?

Considerando que a organização do espaço – concebido como uma forma que se constitui historicamente – ocupa papel determinante na formulação dos sentidos, contribuindo para o imaginário de língua (FEDATTO, 2013), compreendemos que os modos de dizer a e sobre a língua no ambiente escolar contribuem para um imaginário de língua inglesa que, diretamente relacionado à relação do sujeito com a língua, interferem em sua aprendizagem.

Firmados na evidência dos sentidos, a língua é concebida no discurso pedagógico – seja pela formulação e representação das leis, seja pela prática docente –

como ferramenta de comunicação, transparente, a que todos podem ter o livre acesso a partir de métodos e técnicas de ensino.

Compreendemos que tal perspectiva de ensino, voltada tão somente para a compreensão da estrutura da língua com vistas ao automatismo, tem-se mostrado equivocada, polarizando apenas um aspecto da língua e, assim, está de encontro à necessidade do cenário mundial que prima pela autonomia do sujeito em relação ao conhecimento adquirido (BRASIL, 1998).

Na consideração de que uma das funções da escola é despertar o pensamento crítico e liberdade de expressão (BRASIL, 1996), acreditamos que se faz necessário um repensar das tecnologias com vistas à desnaturalização desses sentidos regularizados na sociedade, e propagado pelas mídias, acerca dos aparatos digitais frequentemente compreendidos como fórmula mágica para os problemas de aprendizagem.

No que tange ao ensino de língua estrangeira no país, dentre outros autores, De Nardi (2007), nos aponta um caminho possível para a resignificação do ensino de línguas, levando em conta a língua na dimensão simbólica, com vistas às relações imaginárias e sociais inerentes a todo discurso, em contrapartida ao privilégio das estruturas mentais, sem ignorar o assujeitamento do sujeito à estrutura da língua e sua ordem própria.

Considerações Finais

Compreendemos que a Mídia e a Escola ocupam papel relevante na construção do imaginário de língua inglesa e seu ensino em escolas regulares. Estruturados a partir de uma aparente linearização, tais efeitos de sentidos se encontram na ordem do repetível, proporcionando uma ilusão de evidência de sentidos. Nesse caso, os discursos midiático e pedagógico atuam como formações culturais, regularizando os sentidos via reprodução/legitimação, com vistas à homogeneização dos sentidos constituídos acerca do binômio sucesso/inserção aos que apreendem o idioma anglo-saxão, o que nos remete, em regime de complementaridade, ao fracasso/exclusão daqueles que não se inserem nesse padrão de comportamento concernente às demandas do mercado.

De acordo com Orlandi (2009, p. 53), “a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se)

diz.”. Para a autora (ORLANDI, 2003), não basta falar para ser autor, uma vez que a autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no cenário histórico-social. Numa perspectiva discursiva, compreendemos que a apreensão da língua como instrumento de comunicação implica diretamente na questão da subjetividade, uma vez que promove o apagamento do sujeito, bem como dos processos sócio-histórico-ideológicos constitutivos de todo sujeito e, assim, do discurso.

De acordo com De Nardi (2007), pensar a língua na dimensão simbólica, em contrapartida ao privilégio das estruturas mentais, não significa negar à língua sua estrutura e ordem própria a qual o sujeito é assujeitado na produção do seu discurso, mas, sobretudo, considerar as relações imaginárias e sociais inerentes a todo discurso. Acreditamos ser esse um dos caminhos para uma ressignificação do ensino de língua estrangeira, em especial a língua inglesa, em escolas regulares de ensino na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970.

BRASIL. *LDB: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.(Orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DE NARDI, F.S. de. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FEDATTO, M.C. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LAGAZZI, S. M. *O Juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso*

cotidiano. Dissertação de Mestrado. Editora da Unicamp, 1987.

MARIANI, B.S.C. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado. Editora da Unicamp-SP, 1996.

_____. Sujeito e discursos contemporâneos. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C. L.; MITTMANN, S. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.

MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. (Org.). *E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital*. 2011. Acesso em: 28 set.2015.

Payer, M. O. Oralidade, Escrita, Memória. Revista Horizontes. USF, S. Paulo. 2005

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.;HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975)*. Campinas: Unicamp, 2010.

PEREIRA, R. *Os processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira*, Pereira. Niterói: EDUFF, 2008.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture: researches into the development of the mythology, philosophy, religion*. London: John Murray, 1920.